

EDITAL Nº 02/2026 – 1º SEMESTRE – RENOVAÇÃO PROPE **TODOS OS CENTROS DE ENSINO**

RENOVAÇÃO PROPE **12 de março de 2026**

Abre inscrições, fixa prazos e procedimentos para RENOVAÇÃO do Edital Programa Permanência Estudantil (PROPE) para todos os Centros de Ensino da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

RESUMO DE DATAS IMPORTANTES
12/3/2026 a 07/4/2026 - Período de Inscrições
18/5/2026 – Divulgação Resultado Parcial
19/05/2026 a 21/05/2026 – Recurso
09/6/2026 – Resultado Final de Contemplados
01/7/2026 a 30/6/2027 – Vigência do benefício

O Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, no uso de suas atribuições, atendendo a Resolução nº 090-2024 e alterações que reestrutura e normatiza o Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica – Programa PERMANÊNCIA ESTUDANTIL - fixa prazos e procedimentos para seleção, tornando pública a abertura das inscrições, para RENOVAÇÃO das vagas do Programa PERMANÊNCIA ESTUDANTIL - PROPE da UDESC, nas modalidades auxílio permanência integral, auxílio permanência parcial, e auxílio parentalidade, para discentes de graduação e de pós-graduação de TODOS OS CENTROS DE ENSINO DA UDESC, conforme normas definidas neste edital e na legislação aplicável, sob normatização da Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades/SAE. Para tanto, baixa o presente Edital:

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica Programa Permanência Estudantil - PROPE, tem caráter social e visa proporcionar auxílio financeiro a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação, classificados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devidamente comprovada, para a sua permanência na Universidade.

Art. 2º O Programa Permanência Estudantil – PROPE é parte integrante das ações de assistência estudantil que visam garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida estudantil.

Parágrafo único: Por inclusão social se entende um processo amplo com vistas a integrar no meio acadêmico indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e pertencentes a grupos historicamente excluídos, como negros, pardos, indígenas e quilombolas, pessoas com deficiências, pessoas trans, garantindo acesso e permanência ao ensino superior, reduzindo as desigualdades e promovendo a igualdade de oportunidades na Universidade.

DAS MODALIDADES DOS AUXÍLIOS PROPE

Art. 4º As modalidades de auxílio do Programa Permanência Estudantil – PROPE, objeto deste edital de renovação, para todos os centros de ensino são:

- I. Auxílio permanência integral;
- II. Auxílio permanência parcial;
- IV. Auxílio parentalidade.

DAS VAGAS, DURAÇÃO E VALORES

Art. 5º São oferecidas neste Edital as seguintes vagas para renovação:

- a) Para Graduação:
 - 268 (duzentos e sessenta e oito) **auxílios permanência integral;**
 - **377** (trezentos e setenta e sete) **auxílios permanência parcial e**
 - **39** (trinta e nove) **auxílios parentalidade.**
- b) Para Pós-Graduação:
 - **05** (cinco) **auxílios permanência integral;**
 - **36** (trinta e seis) **auxílios permanência parcial e**
 - **05** (cinco) **auxílios parentalidade.**

§ 1º As vagas previstas neste edital destinam-se **exclusivamente** para a renovação de estudantes contemplados no EDITAL PROPE Nº 01/2025 – 1º SEMESTRE

§ 2º Os auxílios terão a duração de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por períodos sucessivos, observado os prazos definidos em resolução própria.

Art. 6º As modalidades previstas no Art. 4º e Art. 6º destinam-se somente a estudantes com matrícula regularmente ativa e exclusiva na UDESC.

Art. 7º O auxílio permanência terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser renovados por períodos sucessivos.

Parágrafo único: O recebimento do auxílio permanência estudantil não poderá ultrapassar a média aritmética entre o tempo regular e o tempo máximo de integralização curricular do curso ao qual estiver matriculado, observado os prazos definidos em resolução.

$$\text{Cálculo: } \frac{\text{Tempo Regular do Curso} + \text{Tempo Máximo do Curso}}{2}$$

DOS CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO

Art.8º São critérios para inscrição neste edital de renovação PROPE:

- Manutenção da Renda familiar bruta mensal per capita de até 1,5 salário mínimo;
- Aprovação em, pelo menos, 70% das disciplinas cursadas na média dos dois semestres anteriores (2025.1 e 2025.2);
- Possuir sua matrícula regular no curso de graduação, demonstrando estar cursando pelo menos 70% da carga horária do período letivo/fase conforme estabelecido no projeto pedagógico do respectivo curso, seja com disciplinas da fase regular ou de outras fases, desde que atinja o percentual mencionado.
- Não ter solicitado trancamento de matrícula;
- Apresentar todos os documentos solicitados no link da inscrição obrigatoriamente.

§ 1º: Serão indeferidas inscrições que não cumprirem integralmente as alíneas “a”.

§ 2º Situações excepcionais do não cumprimento das alíneas b) e/ou c) do presente artigo serão analisadas pela SAE, desde que substanciadas por justificativa discente, acompanhada de parecer de profissional da área de pedagogia para casos relacionados ao rendimento acadêmico ou de documento da Secretaria Acadêmica do centro quando referente ao percentual de carga horária/número de disciplinas.

§ 3º Quando o descumprimento se restringir à alínea “b”, a renovação do auxílio somente poderá ser requerida, no prazo estabelecido no edital específico de renovação, mediante parecer do Chefe de Departamento, a ser encaminhado à SAE no ato da inscrição.

Art. 9º Para fins de cálculo da renda familiar bruta mensal *per capita* não serão incluídos valores referentes a Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, outros auxílios, bolsas e estágios.

§ 1º Para cálculo de renda familiar bruta mensal *per capita*, será considerada a soma dos **rendimentos brutos** auferidos mensalmente pelos membros da família composta por salários, proventos, pensões, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, pró-labore(acompanhado de DEFIS e DECORE), participação em lucros, rendimentos de empresas dos membros do núcleo familiar, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do trabalho informal (bicos/ freelancer) ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio

(aplicações financeiras, imóveis, propriedade rural, equipamentos agrícolas, animais de grande porte e de rebanho) pensão militar, dentre outras rendas. É necessário apresentar documentação de renda da unidade familiar de origem, quando for o caso.

Cálculo: $\frac{\text{Renda Bruta Mensal}}{\text{Número de pessoas da família}}$
--

Art. 10 Entende-se como família a pessoa requerente (estudante), independente de sua idade, e o conjunto de pessoas com laços de parentesco e/ou laços de afinidade e/ou consideradas aparentadas, que tenham entre si dependência econômica/ relação de suporte e de proteção social, ainda que não residam no mesmo domicílio.

§ 1º Entende-se por dependência econômica/ relação de suporte: pessoas que usufruem e/ou contribuem para o rendimento econômico da família.

§ 2º Entende-se por proteção social: trajetória familiar comum com proteção e apoio em diversas situações que envolvem o estudante, tais como saúde, alimentação, cuidado, amparo emocional, conhecimentos etc.

Art. 11 Estudantes em união estável não formalizada deverão comprovar meios de garantir sua sobrevivência para serem considerados como unidade familiar independente, podendo ser solicitado parecer social de Assistente Social da SAE. Do contrário, cada estudante será considerado na sua unidade familiar de origem.

Art. 12 Estudante solteiro com idade até 24 anos, com renda própria comprovada ou sem renda própria comprovada, deverá apresentar documentação completa da família de origem.

Art. 13 Estudante solteiro com idade superior a 24 anos, sem rendimentos próprios, deverá apresentar documentos da família de origem, se residirem conjuntamente.

Art. 14 Entende-se por família unipessoal, família composta apenas por uma pessoa, no caso o estudante, sem nenhuma espécie de auxílio do grupo familiar, mesmo que esporadicamente (dinheiro, pagamento de aluguel, alimentos, passagens, pensões, vestuários, entre outros), sendo obrigatória comprovação de renda própria e/ou meios de sustento e de análise de Assistente Social da SAE/UDESC.

Art. 15 Casos excepcionais serão definidos e analisados pela Secretaria de Assuntos Estudantis, desde que substanciados por análise de assistente social da SAE/UDESC.

Art. 16 Estudante que for convocado para a entrevista presencial ou online do Serviço Social, agendada pela SAE, deverá comparecer obrigatoriamente na mesma, sob pena de ter seu pedido indeferido.

Parágrafo único: O contato para a entrevista será realizado **exclusivamente** pelo e-mail fornecido no ato da inscrição neste edital.

Art. 17 Serão indeferidas as inscrições de discentes nas seguintes situações:

- a) Estudante que não atenda ao critério de elegibilidade especificado no Edital;
- b) Estudante que estiver com matrícula ativa concomitantemente em outra instituição de ensino;
- c) Por omissão ou divergência de informações socioeconômicas apresentadas pelo estudante;
- d) Não cumprimento dos prazos.

Art. 18 As infrações serão apuradas pela Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades (SAE), e os estudantes que infringirem as regras deste edital, serão notificados por advertência, podendo ficar impedidos de participar dos próximos editais do Programa de Auxílio Permanência – PROPE/ UDESC.

DA INSCRIÇÃO

Art. 19 As inscrições deverão ser realizadas **exclusivamente** na página da SAE, através do link: <https://www1.udesc.br/?idFormulario=1323> no período de 12/3/2026 a 07/4/2026.

Parágrafo único: A análise será realizada exclusivamente através da documentação entregue no ato da inscrição neste edital e na pendência (recurso resultado parcial), quando for o caso. Não serão consideradas situações/documentos posteriores ou entregues fora do prazo estabelecido neste edital. Não serão realizadas (re)análises após a divulgação do resultado final tampouco em datas diferentes das indicadas no cronograma.

Art. 20 Documentos para realização da inscrição:

§ 1º Documentos Obrigatórios

- a)** *Guia de composição familiar* devidamente preenchido, com todos os membros declarados da família, inclusive a pessoa inscrita (Anexo 01);
- b) Estudante de Graduação:** Histórico Escolar da graduação (**OBRIGATORIAMENTE** opção “cronológico com todas as disciplinas” – **Item P633 do SIGA**) atualizado;
- c) Estudante de Pós-Graduação:** Comprovante de matrícula do atual curso;
- d)** Cópia **completa** da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) do último exercício, 2025, **de todos membros da família maiores de 18 anos**. Em caso de não declarar imposto de renda, apresentar print da tela, pelo site da Receita Federal - “**Situação das Declarações IRPF**” contendo a informação: “**Não há informação para o exercício informado**”, obtida na página de consulta de restituição de imposto de renda, no endereço: <https://www.restituicao.receita.fazenda.gov.br/>;
- e)** Documentos de comprovação de renda familiar, de todas as pessoas da família, conforme listagem para cada situação específica disponível no Anexo 02 deste edital;
- f)** Comprovante de residência do acadêmico(a) se casa alugada ou cedida: **cópia do contrato de aluguel, ou Declaração Informal de Aluguel (Anexo 03) ou Declaração de Imóvel Cedido (Anexo 04)**. Em caso de acadêmicos(as) que dividam aluguel, apresentar **ainda** declaração assinada dos membros (Anexo 05).
- g)** Caso seja responsável por criança menor de 5 anos: documento de identificação da criança RG/CPF ou certidão de nascimento e comprovante de gastos com a manutenção das crianças (parentalidade) e comprovante de guarda, se for o caso;
- h) Exclusivo para graduação:** Declaração de porcentagem em curso (Anexo 6), demonstrando estar cursando pelo menos 70% da carga horária do período letivo/fase conforme estabelecido no projeto pedagógico do respectivo curso, com disciplinas da fase regular ou de outras fases, desde que atinja o percentual mencionado devidamente assinado pelo secretário acadêmico

i) Exclusivo para graduação: Declaração de Porcentagem de Aprovação (Anexo 7) demonstrando que obteve a aprovação em, pelo menos, 70% das disciplinas cursadas na média dos dois semestres anteriores;

§ 3º Os documentos necessários para inscrição deverão ser **obrigatoriamente** anexados no link indicado no Art. 24 deste edital.

§ 4º Todos os documentos enviados na inscrição deverão ser apresentados em PDF e aqueles que demandem assinatura, devem estar devidamente assinados, com assinatura válida (digital ou física)

Art. 21 Os estudantes que necessitarem de maiores informações, deverão se dirigir ou entrar em contato com o setor responsável pelo serviço de assistência estudantil, orientação ao estudante, setor de atendimento estudantil e permanência, atendimento ao estudante do seu Centro de Ensino, nos endereços abaixo relacionados:

Centro de Ciências Agroveterinárias - CAV	dex.cav@udesc.br
Centro de Ciências Tecnológicas - CCT	soe.cct@udesc.br
Centro de Educação a Distância - CEAD	dex.cead@udesc.br
Centro de Artes, Design e Moda - CEART	saeceart.ceart@udesc.br
Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí - CEAVI	sae.ceavi@udesc.br
Centro de Ciências da Saúde e do Esporte - CEFID	sae.cefid@udesc.br
Centro de Educação Superior do Oeste - CEO	saepe.ceo@udesc.br
Centro de Educação do Planalto Norte - CEPLAN	dex.ceplan@udesc.br
Centro de Educação Superior da Região Sul - CERES	dex.ceres@udesc.br
Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI	prope.cesfi@udesc.br
Centro de Educação Superior do Meio Oeste - CESMO	dex.cesmo@udesc.br
Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG	dex.esag@udesc.br
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED	dex.faed@udesc.br

Art. 22 Após o prazo estabelecido neste edital para a realização das inscrições, a documentação será analisada e será publicado **Resultado Parcial (Inscrições com documentação completa, pendentes e indeferidas)** em 18/5/2026 no site da SAE. <https://www.udesc.br/secretaria/sae/politica-de-permanencia-estudantil/prope2026renocacoes>

Parágrafo único: O resultado parcial se trata apenas de inscrições com documentação completa, pendentes ou indeferidas. **O resultado com os nomes contemplados, sairá apenas na divulgação do resultado final.**

DO RESULTADO PARCIAL

Art. 23 O **RESULTADO parcial** deverá ser divulgado pela Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades - SAE no endereço eletrônico <https://www.udesc.br/secretaria/sae/politica-de-permanencia-estudantil/prope2026renocacoes> até a data de 18/5/2026.

Art. 24 No resultado parcial constará a seguinte nomenclatura:

- a) Com documentação completa:** estudante em vulnerabilidade socioeconômica confirmada pela SAE na análise documental socioeconômica.
- b) Pendente (documentação incompleta):** estudante que estiver com documentação incompleta na inscrição.
- c) Indeferido:** estudante com renda per capita acima de 1,5 salários mínimo e/ou matrícula ativa em outra IES e/ou menos de 70% da carga horária do período letivo/fase, conforme estabelecido no projeto pedagógico do respectivo curso.

Art. 25 O motivo da pendência e indeferimento será publicizado na divulgação do resultado parcial.

DOS RECURSOS REFERENTES AO RESULTADO PARCIAL

Art. 26 Caberá **recurso** do **RESULTADO PARCIAL** publicado em **19/5/2026**. O estudante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para interpor recurso, ou seja, **até 21/5/2026**.

Art. 27 O recurso, para solicitar a revisão, deverá ser realizado através do link que será disponibilizado no site da SAE <https://www.udesc.br/secretaria/sae/politica-de-permanencia-estudantil/prope2026renocacoes>. A pessoa inscrita deverá anexar os documentos faltantes e a carta de recurso (Anexo 13), apresentando a exposição de motivos e fundamentação que aponte as circunstâncias que justifique a revisão.

Parágrafo Único: O recurso deverá ser enviado até as 23h59 do dia **21/5/2026** com documento - Anexo 13 – Carta de Recurso, disponível nos anexos deste edital assinado pela/o discente.

Art. 28 Será indeferido preliminarmente o recurso extemporâneo, inconsistente, de intenção distorcida ou referente a questões que não atendam às exigências e especificações estabelecidas neste Edital.

DO RESULTADO DEFINITIVO - RELAÇÃO DE CONTEMPLADOS

Art. 29 O resultado definitivo com a relação de contempladas/os, até o limite das vagas indicadas no Art. 5º deste edital, será publicado até o dia **09/6/2026** no <https://www.udesc.br/secretaria/sae/politica-de-permanencia-estudantil/prope2026renocacoes>

Parágrafo único: Será divulgada relação de estudantes contempladas/os até o limite das vagas e de indeferidos. Não caberá recurso quanto a esta etapa.

DA CONCESSÃO DA RENOVAÇÃO DO AUXÍLIO

Art. 30 A vigência do presente edital será **de 01/7/2026 a 30/6/2027**. A primeira parcela deste auxílio dos estudantes contemplados em primeira chamada, referente ao mês de

julho de 2026, terá seu pagamento efetivado no período de pagamentos da UDESC, compreendido entre **1º e 5º dia útil de agosto de 2026**

Parágrafo único: A SAE poderá alterar o prazo de vigência deste Edital, desde que respeitado os dias letivos do calendário acadêmico e de modo a coincidir com o início da vigência do próximo Edital.

Art. 31 O recebimento do benefício referente ao PROPE não poderá ultrapassar a média aritmética entre o tempo regular e o tempo máximo de integralização curricular do curso de graduação ao qual estiver matriculado.

Art. 32 Para estudantes da pós-graduação “*stricto sensu*” o benefício não ultrapassará o prazo máximo estabelecido no Regimento Geral da Pós-Graduação “*stricto sensu*” para sua conclusão.

Art. 33 Casos excepcionais serão analisados pela SAE, desde que substanciados por análise de assistente social e/ou pedagoga da SAE/UDESC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 É de inteira responsabilidade do/a estudante acompanhar as publicações referentes ao presente Edital.

Art. 35 Não será encaminhada correspondência individual sob forma de e-mail, aviso, lembrete ou outra, sobre prazos e procedimentos constantes neste Edital. Todas as informações serão divulgadas apenas na página da SAE, no link: <https://www.udesc.br/secretaria/sae/politica-de-permanencia-estudantil/prope2026renocacoes>.

Art. 36 A inscrição no programa implica concordância com as regras contidas no presente Edital e com as Resoluções CONSUNI nº 090/2024 alterações e Resolução nº 58/2025 (subsídio refeição)

Art. 37 A inveracidade e/ou omissão de informações acarretará na suspensão do pagamento do auxílio, independentemente da época em que for constatada a sua ocorrência, sujeitando-se o/a estudante, devolver integralmente os valores recebidos e responder a processo disciplinar, observado o disposto na legislação pertinente.

Art. 38 A qualquer tempo a Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades – SAE - poderá receber e apurar denúncias de irregularidades como: falsificação de informações, fraude de documentos, entre outras.

Art. 39 Ao estudante poderá ser solicitado documentos complementares, receber visita domiciliar e/ou ser entrevistado/a pela SAE, caso houver necessidade, a qualquer momento.

Art. 40 Cabe aos setores listados no art. 21, orientações sobre as documentações digitais no período inscrição e de recursos.

Art. 41 De acordo com o Art. 28 da Resolução 090/2024 – CONSUNI, estudante contemplado com o auxílio não terá, para qualquer efeito, vínculo empregatício com a Universidade.

Art. 42 A SAE não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas ou não efetivadas por motivos de ordem técnica, tais como problemas com a internet/instabilidades.

Art. 43 Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades - SAE.

JOSÉ FERNANDO FRAGALLI
Reitor da UDESC

ANEXO 01**GUIA DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

(Preencha a situação atual de cada membro da família conforme o indicado abaixo. A comprovação de renda de cada integrante deverá ser realizada conforme a situação atual aqui indicada)

Nome	Parentesco	CPF	Data de Nascimento	Tipo de Vínculo Empregatício *	Renda Mensal (bruta)

**Tipo de Vínculo Empregatício:*

Empregado, Servidor Público, Autônomo, Profissional Liberal, Freelance/Bicos, Aposentado, Pensionista, Proprietário de empresa (sócio, titular, diretor), MEI, Produtor Rural, Pescador, Desempregado, Do Lar, Estudante, Empregada/o Doméstica.

Verificar documento de comprovação de renda para cada situação específica no Anexo 13 deste Edital

Para fins de inscrição neste edital, conforme Art. 15

Entende-se como família a pessoa requerente (estudante), independente de sua idade, e o conjunto de pessoas com laços de parentesco e/ou laços de afinidade e/ou consideradas aparentadas, que tenham entre si dependência econômica/ relação de suporte e de proteção social, ainda que não residam no mesmo domicílio.

ANEXO 02
DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DE RENDA DOS EDITAIS PROPE

A documentação listada abaixo deve ser entregue considerando todos os membros da família maiores de 16 anos e maiores de 14 anos, caso tenha jovem aprendiz.

A renda considerada é **OBRIGATORIAMENTE** a **RENDA BRUTA**

I. Empregado com carteira assinada ou servidor público

- Contracheques dos últimos 3 meses antes da inscrição.
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
 - Se Digital: envio completo.
 - Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.
- Declaração de não possuir CTPS (ANEXO 08), caso não possua.
- CNIS (INSS), em caso de extravio da CTPS.

II. Profissional liberal, autônomo ou informal (bicos/freelance/aplicativos que não tenha MEI)

- Declaração de rendimentos (ANEXO 09) assinada pelo declarante e testemunhas
- Se trabalhador/a de aplicativo: extrato dos últimos três meses do aplicativo (UBER, 99, Ifood, dentre outros)
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
 - Se Digital: envio completo.
 - Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.
- Declaração de não possuir CTPS (ANEXO 08), caso não possua.
- CNIS (INSS), em caso de extravio da CTPS.

III. Aposentado ou pensionista

- Recibo, extrato ou “Histórico de Crédito de Benefício” de aposentadoria ou pensão.
- Se INSS: obtido em meu.inss.gov.br ou postos de atendimento.
- Se Outros órgãos (Regime Próprio): folha de pagamento do benefício.
 - Apresentar todos os benefícios em caso de acúmulo.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
 - Se Digital: envio completo.
 - Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.

- Declaração de não possuir CTPS (ANEXO 08), caso não possua.
- CNIS (INSS), em caso de extravio da CTPS.

IV. Proprietário de empresa (sócio, titular ou diretor)

- Declaração do IRPJ do último exercício ou DEFIS do último ano, completas e com recibo de entrega.
- DECORE emitido por contador/escritório contábil com rendimentos e retiradas de lucros dos últimos 12 meses.
Pró-labore sem DECORE/DEFIS não é aceito.
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
 - Se Digital: envio completo.
 - Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.
 - Declaração de não possuir CTPS (ANEXO 08), caso não possua.
 - CNIS (INSS), em caso de extravio da CTPS.
 - Comprovante de inatividade ou falência, caso a empresa não tenha movimentação.

V. Microempreendedor Individual (MEI)

- Declaração do MEI (ANEXO 10).
- Declaração Anual de Faturamento do SIMEI do último exercício.
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
 - Se Digital: envio completo.
 - Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.
 - Declaração de não possuir CTPS (ANEXO 08), caso não possua.
 - CNIS (INSS), em caso de extravio da CTPS.

VI. Produtor rural

- Declaração do Imposto Territorial Rural (ITR) completo (não é aceito recibo de entrega).
- Movimentação do Bloco de Notas dos últimos 12 meses, emitida por órgão competente.
- Se não possuir bloco de notas /não tiver realizado movimentação no último ano, apresentar negativa de produção.
- Declaração de arrendamento de imóvel rural (ANEXO 11), com atividade e renda bruta anual.
- Pode incluir contrato de arrendamento.
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):

- Se Digital: envio completo.
- Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.
 - Declaração de não possuir CTPS (ANEXO 08), caso não possua.
 - CNIS (INSS), em caso de extravio da CTPS.

VII. Pescador

- Cópia da carteira de pescador profissional.
- Declaração de sindicato, associação ou similar com renda mensal:
- Ou: Documento Correspondente;
- Ou: declaração de rendimento (ANEXO 08).
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
- Se Digital: envio completo.
- Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.
 - Declaração de não possuir CTPS (ANEXO 08), caso não possua.
 - CNIS (INSS), em caso de extravio da CTPS.

VIII. Desempregado (candidato ou familiar acima de 16 anos)

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
- Se Digital: envio completo.
- Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.
 - Fotocópia da rescisão do contrato de trabalho.
 - Último comprovante de seguro-desemprego ou auxílio-doença (INSS/Dataprev/Caixa) dos últimos 12 meses.

IX. Ocupação do lar ou estudante (incluindo bolsistas)

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
- Se Digital: envio completo.
- Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.
 - Declaração de não possuir CTPS (ANEXO 08), caso não possua.
 - CNIS (INSS), em caso de extravio da CTPS.

X. Jovem Aprendiz

- Contrato de trabalho.

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
 - Se Digital: envio completo.
 - Se Física: fotocópia das páginas dos dados pessoais, foto, último contrato de trabalho registrado e página seguinte em branco.
- Declaração de não possuir CTPS (ANEXO 08), caso não possua.
- CNIS (INSS), em caso de extravio da CTPS.

XI. Não recebimento de pensão alimentícia ou pensão por morte

- Sentença judicial ou declaração explicando os motivos do não recebimento (ANEXO 12 – Declaração de Não Recebimento de Pensão Alimentícia ou Pensão por Morte), quando houver crianças ou adolescentes no núcleo familiar com pais separados ou falecidos.

XII. Recebimento de pensão alimentícia ou pensão por morte

- Cópia da sentença judicial de separação/divórcio com valor da pensão.
- Ou: declaração com valor recebido (ANEXO 13 – Declaração de Recebimento de Pensão Alimentícia ou Pensão por Morte).

XIII. Outras formas de rendimentos

- Documentos comprobatórios:
- Renda agregada: comprovantes de depósito bancário dos últimos 3 meses + Declaração de Renda Agregada.
- Aluguéis: cópia do contrato de aluguel.
- Arrendatários: contrato(s) de locação ou arrendamento registrados em cartório + recibos

ANEXO 03**DECLARAÇÃO INFORMAL DE ALUGUEL**

(Declaração exclusiva para candidato que não possui contrato de locação)

Eu, _____,
portador da carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____,
acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de _____ da
Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei
para comprovação do Cadastro Socioeconômico que ALUGO o imóvel situado no endereço
_____, nº _____, Bairro
_____, Cidade _____, no período de _____ a
_____, sendo que o valor total do aluguel de R\$ _____ (legível)
mensais.

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente
de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou
divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Declarante

Assinatura e telefone da(o) Dona(o) do Imóvel

Declaro ainda ciente da Lei N° 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.

ANEXO 04
DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____,
declaro para os devidos fins e sob as penas da lei para comprovação do Cadastro
Socioeconômico do Edital PROPE que CEDO o imóvel situado no endereço
_____, nº _____, Bairro
_____, Cidade _____ para o(a) estudante(a)
_____ desde
_____/_____/_____ até os dias atuais.

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras.

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Candidata(o)

Assinatura e telefone da(o) proprietário do Imóvel

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.

ANEXO 05
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, _____,
portador da carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____,
acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de _____ da
Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei
para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas
e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço
_____, nº _____, sendo que o valor total do aluguel
é de R\$ _____ (legível) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R\$
_____ (legível).

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:

1. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

2. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

3. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

4. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de
que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes
implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a
averiguar a informação acima.

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: "Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos".

ANEXO 05
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, _____,
portador da carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____,
acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de _____ da
Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei
para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas
e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço
_____, nº _____, sendo que o valor total do aluguel
é de R\$ _____ (legível) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R\$
_____ (legível).

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:

1. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

2. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

3. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

4. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de
que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes
implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a
averiguar a informação acima.

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: "Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos".

ANEXO 07

DECLARAÇÃO DE PORCENTAGEM DE APROVAÇÃO

(Assinatura digital obrigatória do(a) Secretário(a) Acadêmico(a) do Centro da UDESC)

OBS.: Documento necessário (obrigatório) apenas para renovação (não é necessário para quem está requerendo novo benefício).

Declaro que o(a) acadêmico(a) _____,
nº de matrícula: _____ CPF _____
acadêmico(a) do curso de _____ do Centro _____, obteve
aprovação em _____% (preenchimento em porcentagem) das disciplinas cursadas na média
dos dois semestres anteriores.

Assinatura Secretária(o) Acadêmica(o)

MOTIVOS PARA POSSUIR MENOS DE 70% DE APROVAÇÕES:

(Preenchimento obrigatório apenas se não cumprir o mínimo de 70% de aprovações na média dos últimos dois semestres)

- ☐ Acadêmico-Pedagógicos;
- ☐ Barreiras pessoais;
- ☐ Barreiras de Permanência;
- ☐ Outra justificativa. Qual? _____

Descrever sucintamente e justificar:

Data: ____/____/____

Assinatura Chefe de Departamento
Ou Profissional de Pedagogia

ANEXO 08
DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA
SOCIAL (CTPS)

Eu, _____,
portador da carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____,
declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido neste Edital, para comprovação do Cadastro
Socioeconômico do estudante (nome) _____, que não possuo
carteira de trabalho e previdência social (CTPS).

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente
de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou
divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a
averiguar a informação acima.

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.

ANEXO 09
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS
(Autônomo, Profissional Liberal e/ou Trabalho Informal)

Eu, _____,
portador da carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____,
declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido neste Edital, para comprovação do
Cadastro Socioeconômico do estudante (nome) _____, que
exerço a(s) atividades de (**descrever atividades detalhadamente**) _____
_____, recebendo uma renda mensal
média de R\$ _____, nos últimos três meses.

Declaro ainda que o valor acima apresentado é verdadeiro e estou ciente de que a
omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes
implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a
averiguar a informação acima. **Anexar cópia da carteira de trabalho (CTPS).**

Data: ____/____/____

Nome e contato últimos 3 trabalhos informais:

1. Nome: _____	Telefone _____
1. Nome: _____	Telefone _____
1. Nome: _____	Telefone _____

1. _____	2. _____
Testemunha 01	Testemunha 02

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.

ANEXO 10
DECLARAÇÃO DE MEI

(Declaração exclusiva para Microempreendedores Individuais - MEI)

Eu, _____,
portador da carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____,
Proprietário do CNPJ _____ declaro sob as penas da lei e
conforme estabelecido neste Edital, para comprovação do Cadastro Socioeconômico do
estudante (nome) _____, que exerço a(s) atividades de
(descrever **atividades** **detalhadamente**)

Período de Referência (últimos 12 meses)	Renda bruta mensal (receitas)	Despesas diversas	Renda líquida (Receitas menos despesas)

**Exemplo de preenchimento:*

jan/23 a dez/23	R\$ 60.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 20.000,00
-----------------	---------------	---------------	---------------

Declaro ainda que o valor acima apresentado é verdadeiro e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a averiguar a informação acima. **Anexar cópia da carteira de trabalho (CTPS).**

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.

ANEXO 11

DECLARAÇÃO DE ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL

Eu, _____, portador da carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____, declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido neste Edital, para comprovação do Cadastro Socioeconômico do estudante (nome) _____, o **arrendamento de imóvel rural**, possuindo uma área de terra com total de _____ hectares, com área plantada de _____ hectares, e que efetuei as seguintes entregas de produtos nas últimas safras.

Denominação	Penúltima safra-ano _____	Última safra-ano _____
MILHO: Área plantada em h.a Sacos produzidos/h.a		
FUMO: Área plantada em h.a Kg produzido h.a		
TRIGO: Área plantada em h.a Sacos produzidos h.a		
SOJA: Área plantada em h.a Sacos produzidos h.a		
LEITE: Nº. de vacas leite Média Produção Leite/mês		
SUÍNOS: Número de Matrizes kg. vendidos/ano		
BOVINOS: Número de Bovinos: Kg vendido/ano		
OUTROS:		
OUTROS:		
TOTAL BRUTO EM R\$	R\$	R\$

Afirmo que o número de dependentes desta renda é de _____ membros, e que o modo de produção é em regime de economia familiar.

Obs: Podem ser apresentados contratos de arrendo e de financiamento para abatimento na renda bruta. Será abatido percentual de custo de produção

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.

ANEXO 12
DECLARAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA OU POR
MORTE

(Declaração exclusiva para candidato com pais separados ou falecido)

Eu, _____
(informar o nome do responsável pelo não recebimento da pensão alimentícia), portador da
carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____, declaro sob as
penas da lei e conforme estabelecido neste Edital, para comprovação do Cadastro
Socioeconômico, que não recebo pagamento referente à pensão alimentícia ou por morte em
meu nome ou em nome de dependentes por motivo de

_____.

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente
de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou
divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a
averiguar a informação acima.

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.

ANEXO 13**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA OU MORTE**

(Declaração exclusiva para candidato com pais separados ou falecidos)

Eu, _____,
portador da carteira de identidade nº _____, e CPF nº _____,
declaro sob as penas da lei e conforme estabelecido neste Edital, para comprovação do Cadastro
Socioeconômico, que recebo o valor de R\$ _____ (legível) mensais para referente à
pensão alimentícia ou pensão por morte, do(a)

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente
de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou
divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a
averiguar a informação acima.

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei N° 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.

ANEXO 14 – CARTA RECURSO

Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica – Programa
PERMANÊNCIA ESTUDANTIL – PROPE

EDITAL N° 02/2026 – 1º SEMESTRE – RENOVAÇÃO PROPE TODOS OS CENTROS DE ENSINO

REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

– Resultado Parcial –

À Secretária de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidade – SAE/ UDESC

Nome do acadêmico(a):	
E-mail:	Telefone:
CPF:	
Curso:	
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E FUNDAMENTAÇÃO:	

Data: ____/____/____

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei N° 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **01UZKL75**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSE FERNANDO FRAGALLI (CPF: 030.XXX.838-XX) em 12/03/2026 às 18:51:38
Emitido por: "AC SOLUTI Multipla v5", emitido em 09/05/2025 - 09:33:00 e válido até 09/05/2028 - 09:33:00.
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjJfMDAwMDc2MTBfNzYxMI8yMDI2XzAxVVpLTDc1> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00007610/2026** e o código **01UZKL75** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.